UNILEÃO CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

ANNE KHATELLEN ALVES ALEXANDRE

DA INVISIBILIDADE A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS E GARANTIAS EM FACE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2023

ANNE KHATELLEN ALVES ALEXANDRE

DA INVISIBILIDADE A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS E GARANTIAS EM FACE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso – *Artigo Científico*, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Alyne Andrelyna Lima Rocha Calou

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2023

ANNE KHATELLEN ALVES ALEXANDRE

DA INVISIBILIDADE A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS E GARANTIAS EM FACE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso de ANNE KHATELLEN ALVES ALEXANDRE.

Data da Apresentação: 04/12/2023

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientadora: Prof. Esp. Alyne Andrelyna Lima Rocha Calou

_____

Membro: Prof. Prof. Ma. Danielle Pereira Clemente

_____

Membro: Prof. Dra. Amélia Coelho Rodrigues Maciel

JUAZEIRO DO NORTE - CE

2023

DA INVISIBILIDADE A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS E GARANTIAS EM FACE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO

Anne Khatellen Alves Alexandre[1]

Alyne Andrelyna Lima Rocha Calou[2]

RESUMO

Em decorrência do crescente número de crianças diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), se enxergou a necessidade da observância à efetivação dos direitos fundamentais de tal população, tal como o direito à educação, que deve ser pautada na inclusão social desses indivíduos no ambiente escolar, proporcionando um tratamento sem distinção e de acordo com as necessidades especiais de cada um, a fim de promover o bom desenvolvimento cognitivo e a socialização com os demais alunos no ambiente escolar. Desse modo, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a efetivação da capacitação de profissionais da educação, bem como, das escolas para a inclusão de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), conhecer suas dificuldades e sua perspectiva jurídica, além de compreender a educação inclusiva e suas nuances na rede pública de ensino. Trata-se de uma pesquisa básica estratégica, com objetivo descritivo, que teve como método uma abordagem qualitativa, por meio de fontes bibliográfica, na qual foi realizada uma pesquisa de campo em uma escola da rede pública de ensino do município de Milagres-CE. Com o aludido artigo investigou-se a efetivação dos direitos e garantias de Crianças e adolescentes com TEA, através da inclusão social e da capacitação de escolas e profissionais da educação que garantam o seu bom desenvolvimento, tendo observado, ao final da pesquisa que a busca pela educação inclusiva nas escolas de ensino público caminha a passos curtos, mas de modo promissor, tendo em vista que o que vem sendo realizado demonstra uma mudança significativa.

Palavras-chave: Autismo e a escola. Inclusão social. Capacitação. Direitos e garantias constitucionais. Educação inclusiva.

ABSTRACT

As a result of the growing number of children diagnosed with autism spectrum disorder (ASD), there is a need to comply with the fundamental rights of this population, such as the right to education, which should be based on the social inclusion of these individuals in the school environment, providing treatment without distinction and according to the special needs of each one, in order to promote good cognitive development and socialization with other students in the school environment. In this way, the aim of this research was to analyze the effective training of education professionals as well as schools for the inclusion of

[1]Graduanda do curso de Direito do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. E-mail:anneguedes27@gmail.com.

[2]Docente do curso de Direito do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. Especialista em Docência no Ensino Superior, mestranda em ensino em saúde. E-mail: alynerocha@leaosampaio.edu.br.

children and adolescents with Autism Spectrum Disorder (ASD), to learn about their difficulties and their legal perspective, as well as to understand inclusive education and its nuances in the public school system. This is basic strategic research with a descriptive objective, using a qualitative approach, through bibliographic sources, in which field research was carried out in a public school in the municipality of Milagres-CE. The article investigated the realization of the rights and guarantees of children and adolescents with ASD through social inclusion and the training of schools and education professionals to ensure their proper development. At the end of the research, it was observed that the search for inclusive education in public schools is taking short steps, but in a promising way, given that what has been achieved demonstrates a significant change.

Keywords: autism and school. Social inclusion. Training. Constitutional rights and guarantees Inclusive education.

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados do *Center of Diseases Control and Prevention* (CDC), cerca de 1% a 2% da população mundial possuem Transtorno do Espectro Autista (TEA), sendo que uma a cada 44 pessoas que nascem nos EUA é diagnosticada e, no Brasil, estima-se que o número total desta população seja em torno de dois milhões (Peres et. al., 2022).

Nesta perspectiva, a priori impõe-se a seguinte indagação: O que é o Autismo? Segundo Marinho e Merkle (2009) a primeira definição do termo autista se deu através da descrição feita pelo psiquiatra austríaco Leo Kanner (1943), em sua obra, ressalta que o termo autismo se refere a indivíduos que possuem déficits na comunicação e na interação social com o outro, dificuldade na linguagem e de estabelecer contato afetivo, onde tendem a ficar restritos em seu mundo interior, apresentando assim comportamentos próprios.

Desse modo, é mister a discussão de uma educação inclusiva no ambiente escolar de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), pautada na capacitação de profissionais da educação na rede de ensino público, para que trabalhem no objetivo de promover a efetivação de direitos e garantias, gerando a estes indivíduos oportunidades necessárias para a efetivação da aprendizagem.

Neste diapasão, a lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que trata da Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, foi um grande avanço já alcançado, no entanto, apesar de existir várias políticas públicas bem como amparo legal, é de saber notória a negligência do Estado frente ao apoio no processo de ensino-aprendizagem de modo universal e em igualdade de condições, não obstante seja essa uma garantia constitucional disposta no art. 208, inciso III, da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

Sob esta ótica, Santos (2008) afirma que a falta de capacitação dos professores e a escassez de materiais adequados a informação dificultam a relação entre o aluno autista e a escola, não sendo efetiva a inclusão social e a garantia de seus direitos. Daí, percebe-se a negligência do Estado que possui o poder-dever de agir de forma positiva para sanar tal problemática, mas permanece inerte ao passo que não proporciona aos profissionais da educação uma capacitação especializada e um ambiente escolar adaptado.

Nesse contexto, é importante destacar que a escola tem um papel preponderante na formação do indivíduo, sendo a segunda comunidade, após a família, na qual o aluno irá se desenvolver, seguir novas regras, interagir com outras pessoas e adquirir novos conhecimentos, apresentando, deste modo, um papel marcante e notório na investigação do aluno autista, pois este é o primeiro lugar de interação social da criança separada de sua família, onde a criança irá apresentar dificuldade de se adaptar às novas regras sociais, o que para o autista é muito difícil.

Portanto, é fundamental que seja ofertada uma educação pautada de acordo com as necessidades de cada um, pois são as suas características peculiares que irão determinar a intensidade da intervenção pedagógica para garantir o seu bom desenvolvimento. Oferecer uma única proposta de ensino para todos, sem observar as suas dificuldades e singularidades de cada um, acaba sendo uma violação de direitos fundamentais e até mesmo um desrespeito. Diante disso se faz a seguinte indagação: Os direitos e garantias constitucionais de pessoas com autismo estão de fato sendo efetivados?

Em decorrência do crescente número de casos no mundo e no Brasil a presente pesquisa tem como objetivo geral destacar a importância da capacitação dos professores frente a inclusão escolar de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), sendo que, tal efetividade será analisada a partir da capacitação dos profissionais da educação, bem como da escola, para a inclusão da criança e adolescente com TEA, de uma escola da rede pública de ensino do município de Milagres-CE.

Desse modo, tem-se como objetivo específico: Conhecer o TEA, bem como, suas dificuldades e sua perspectiva jurídica; compreender a educação inclusiva e suas nuances para pessoas com TEA; analisar os processos de formação e capacitação em educação inclusiva dos profissionais de uma escola pública na cidade de Milagres.

A presente pesquisa possui uma grande relevância social e acadêmica, ao trazer a temática do autismo e a escola, na qual é abordada a importância da inclusão social e efetivação de direitos e garantias no ambiente escolar de rede pública, através da capacitação de profissionais da educação, até mesmo em razão do crescente número de diagnósticos de

crianças e adolescentes com autismo, comprovado através de uma pesquisa realizada pelo Centro de Controle de Doenças e Prevenção (CDC) do Estados Unidos (Peres, 2022).

Ademais, a partir dos possíveis diagnósticos obtidos, abrem-se possibilidades de novos estudos que viabilizem serem traçadas soluções para a efetivação do direito à inclusão desses indivíduos, com ênfase na importância de procedimentos bastante promissores já comprovados, como por exemplo a Terapia *Appilied Behavior Análysis* (ABA), também conhecida como análise de comportamento aplicada, que se utiliza da presença de um Acompanhante Terapêutico. Com isso, contribuir para aumentar as pesquisas sobre a temática abordada, no âmbito das ciências jurídicas, estimular as escolas a oferecerem capacitação curricular adequada à sua equipe multidisciplinar, bem como, adaptar o ambiente escolar a fim de promover uma maior efetividade à educação inclusiva, como também, instigar a criação de novas políticas públicas direcionadas a esses indivíduos.

Outrossim, observa-se, por meio de pesquisas realizadas nas plataformas de buscas, como Google Acadêmico, afere-se a existência de vastas e relevantes pesquisas sobre a temática da educação inclusiva de crianças com espectro autista, todavia, estas dão-se sob a perspectiva das ciências da psicologia e pedagogia mas, ainda há poucas discussão sob o viés das ciências jurídicas, o que se mostra relevante para despertar a discussão acadêmica, haja vista tratar-se de parcela populacional reconhecida constitucionalmente como prioritária.

2 MÉTODO

A presente pesquisa é de natureza básica estratégica, a qual, dizem respeito àquelas em que há aquisição de novos conhecimentos direcionados a amplas áreas com vistas à solução de reconhecidos problemas práticos (Gil, 2010, p. 26). Consiste, por conseguinte, na produção de um conteúdo útil que possa ser utilizado posteriormente em estudos.

Quanto ao objetivo, tem-se que é descritivo. Segundo (Silva; Menezes, 2000),

> A pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento (Silva; Menezes, 2000, p. 21).

Desse modo, descreve-se a atuação das escolas em razão da preparação do seu corpo docente para a educação inclusiva, através da utilização da técnica de coleta de dados no formato de entrevista.

A abordagem é qualitativa. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa:

> Está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos etc.) em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa (Pope; Mays, 2005, p.13).

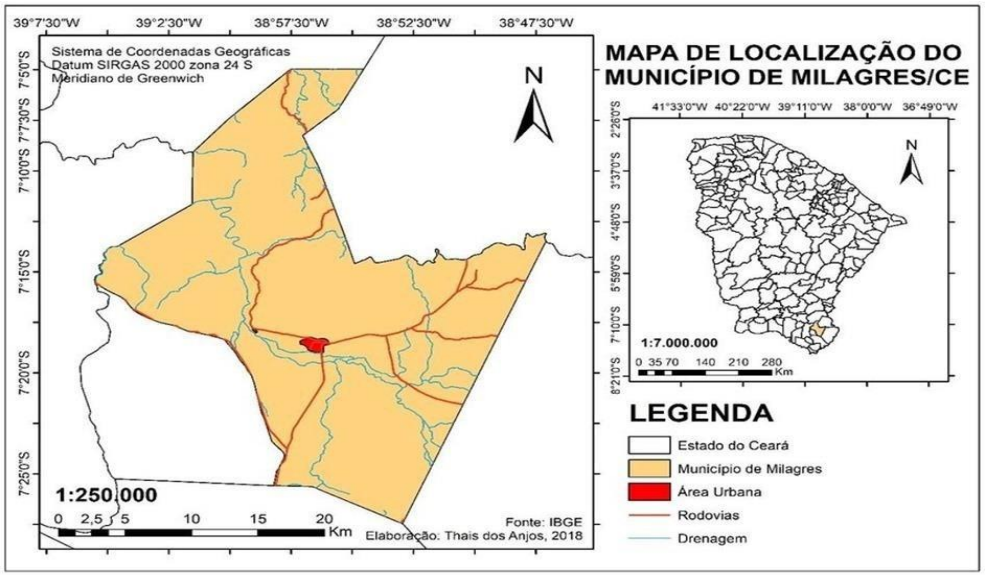
Com isso, a presente pesquisa foi pautada na realidade vivenciada no ambiente escolar de ensino público na cidade de Milagres-CE, tendo em vista ser esta a cidade onde reside a pesquisadora. Ademais, a escola foi escolhida tendo em vista que, esta contem um dos maiores indices de alunos que possuem Transtorno do Espectro Autista (TEA) em suas dependências.

A fonte a ser utilizada foi a bibliográfica, que, como aduz Fonseca, "pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos" (Fonseca, 2002, p. 32).

Por fim, o procedimento utilizado foi o estudo de caso, que consiste em "uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos" (Yin, 2001, p. 32).

Na presente pesquisa, tem-se como estudo a realidade de uma escola municipal da cidade de Milagres, situada no sul do Ceará, a fim de se aferir a capacitação dos docentes para a inclusão de crianças com espectro autista no ensino regular.

FIGURA 1 – Localização do Município de Milagres-CE.



Fonte: Sinara de Sousa. Caracterização geoambiental do município de Milagres-CE, 2019.

A cidade de Milagres, fundada em 1846, localiza-se na região Metropolitana do Cariri Cearense, há 475 km da capital Cearense, Fortaleza. Conta com população estimada de 28.446 habitantes possui um distrito, denominado Podimirim, o qual fica localizado às margens da CE-293 e faz ligação entre essa e a cidade de Juazeiro do Norte-CE (Governo municipal de Milagres, online, 2023).

Fizeram parte da pesquisa a equipe multidisciplinar que estiverem lotados na escola campo da pesquisa no período de 15/10/2023 a 17/10/2023, que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa. Utilizou-se como instrumento da coleta de dados, uma entrevista semiestruturada, aplicada no mesmo período. Segundo (Severino, 2013) essa técnica consiste em obter informações sobre como pensam, agem os sujeitos sobre os assuntos investigados.

Após a realização das entrevistas, fez-se a transcrição destas, na íntegra, utilizando-se da técnica de análise de conteúdo para tratamento dos dados, a qual segundo Laurence Bardin, é:

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1977, p. 42).

Conseguinte a transcrição, realizou-se uma leitura flutuante para realizar o recorte do conteúdo, que consiste na identificação dos trechos que vão de encontro com o objetivo da pesquisa, destacando-se as expressões e temáticas mais apresentadas nas falas, gerando, desta forma, códigos, os quais foram classificados em categorias e, ao final, tais trechos das falas foram correlacionados com o referencial teórico.

3 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DO AUTISMO

Autismo é um transtorno do desenvolvimento que acomete em crianças na mais tenra idade, causando déficits na comunicação e interação social (Silva; Gaiato; Reveles, 2012).

No final do século XVIII foram identificados comportamentos fora do comum nas pacientes com deficiência mental, John Haslam 1764-1844 apresentou seus estudos sobre uma criança de 7 anos com hiperatividade, insônia e atraso global do desenvolvimento. Anos mais tarde, Eugen Bleuler (1911) através dos seus estudos, denominou a forma mais grave das esquizofrenias onde o indivíduo apresentava um total desligamento do mundo exterior com o termo “autismo” (Brites, 2019).

O autismo ainda é algo novo, pois apesar dos estudos a respeito, ainda não possuírem uma causa específica de sua origem. No ano de 1943, o psiquiatra alemão Leo Kanner publicou um artigo intitulado: Distúrbios Autístico do Contato Afetivo (*Autistic disturbances of affective contact*), na revista *Nervous Children,* no qual psiquiatra. Apontou. Estereótipos como ecolalia e obsessividade em seus pacientes. O médico cogitou como um dos causadores do autismo a gestação conturbada ou indesejada (Orrú, 2016).

De acordo com (Mello, 2007), o autismo é uma síndrome que pode ser apresentada em idades muito precoces, como por exemplo antes dos três anos de idade, onde se tem como características preponderantes, o desvio na comunicação, na interação social e no uso da imaginação. O autismo é considerado um problema neurobiológico, com maior incidência em meninos do que em meninas, que demostram comportamentos aparentemente indiferentes, e bloqueios na demonstração de afeto e contato físico, podendo as vezes surgir posteriormente uma ligação mais estreita com pais e outras pessoas mais próximas. A fala das crianças autistas é considerada lenta, em certos casos até mesmo ausente, consistindo na repetição de palavras ditas por outras pessoas ou pela comunicação através de sons e gestos (Suplino, 2005).

Conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais (DSM) 5ª edição (2014), o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento contemporâneo, pois apesar dos estudos a respeito ainda não possuírem uma causa específica da sua origem. Laudar uma criança autista é difícil até para os médicos, devido a diversidade de comorbidades que pode apresentar. A maioria fisicamente, não costumam apresentar nenhuma "anomalia", haja vista que o TEA, não é uma doença. Contudo o diagnóstico é demorado passando por uma série de profissionais para que possa ser definido, que vai desde a psicólogo, fonoaudiólogo, psiquiatra a neurologistas (Nogueira, 2007).

Ainda no que diz respeito ao comportamento, os autistas possuem características diferentes podendo dividir em grupos que variam de acordo com o grau de severidade. De acordo com essa divisão, temos o grupo que possui um grau mais severo e que necessita de uma maior atenção, outro com grau médio, e outro com um grau mais leve. As crianças que possuem um funcionamento mais baixo são consideradas de alto funcionamento, e possui um comportamento diferente das demais, pois tendem a se interessar pela interação social, no entanto, essa interação não pode ser dada de forma típica, tendo em vista que as pessoas com autismo possui uma característica marcante no tocante a dificuldade de regular a interação social, ademais suas características comportamentais podem variar com o tempo através de seu desenvolvimento (Klin, 2006).

3.1 A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA NA ESCOLA REGULAR

Um dos grandes desafios atuais é proporcionar uma educação para todos, garantindo o acesso a formação escolar, sem distinções, e de modo a atender às necessidades de cada aluno, de modo que os profissionais da educação busquem atuar de forma organizada para

garantir que todos tenham acesso a esse direito fundamental. Destarte, afirma (Borges, 2005 apud Bortolozzo, 2007), que um aluno que apresenta uma maior dificuldade em seu desenvolvimento na escola comparado aos outros alunos de sua idade possui uma necessidade especial, que requer meios alternativos para que possa guiá-lo e assim consiga alcançar a aprendizagem da matriz curricular escolar aplicada.

Com isso, a Declaração Mundial de Educação para Todos de 1990, em seu art. 3º, diz que:

> As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo (Unesco, 1990).

Desse modo, a escola apresenta um papel preponderante em adaptar, tanto o ambiente escolar com salas e instrumentos adequados e inovadores que facilitem a aprendizagem, como o preparo curricular do corpo docente, em busca de novas metodologias de ensino, desenvolvimento de atividades interativas, potencializando a autonomia, comunicação e socialização entre os alunos, que é de suma importância para o desenvolvimento no processo de escolarização, haja vista ser necessário ter ciência de que a tentativa de proporcionar a homogeneização da educação em um ambiente escolar sem que tenha adequações físicas, afetivas e cognitivas torna-se algo frustrado.

Nessa perspectiva, para se ter uma educação inclusiva, requer principalmente uma escola planejada e organizada, que busque estratégias de ensino, que oriente os alunos de modo a apoiar e auxiliar nas suas necessidades, a fim de desenvolver de forma positiva as suas potencialidades (Martins, 2006).

Com isso, as escolas devem se comprometer em proporcionar uma educação inclusiva e equânime para todos, independentemente de suas peculiaridades, mas com o principal objetivo de promover uma educação de qualidade, em especial aos alunos que possuem o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que são o público alvo desse estudo, posto que estes possuem peculiaridades variadas que vão desde a dificuldade em sua linguagem a suas relações socioafetivas, precisando de um apoio maior no seu processo de ensino aprendizagem. Desta forma, aos poucos as escolas vêm evoluindo no seu cenário educacional em inserir os alunos que detém necessidades educacionais especiais na escola de ensino regular (Carneiro, 2012).

Isto posto, a educação inclusiva consiste na garantia do acesso à educação de qualidade a todos, sem distinção, a fim de que aqueles alunos que possuam alguma deficiência ou transtorno, não sejam excluídos e tratados como invisíveis perante o sistema

educacional, contribuindo assim de forma positiva para o seu desenvolvimento intelectual ao ter uma educação de qualidade e com tratamento humanizado e equânime (Brasil, 2015).

3.2 DIFICULDADES ENCONTRADAS PELO ALUNO COM TEA NO AMBIENTE ESCOLAR

As relações sociais entre os seres humanos são estabelecidas através do olhar, assim, quem olha analisa e quem é olhado é analisado, com isso, partindo dessa premissa, é possível perceber como surgem os preconceitos e as atitudes excludentes. Nessa perspectiva, (Foucault, 2001), explica através da filosofia, o conceito do estigma anormal, onde o homem através da sua forma de "ser", vai de encontro com os preceitos estabelecidos pela sociedade, não se encaixando assim nos padrões estabelecidos.

Nesse sentido, é observado que as barreiras da exclusão do aluno autista são construções que surgiram ao decorrer da história, com a criação de conceitos preconcebidos, estereotipados e generalizados que duvidam da capacidade das pessoas que possuem deficiência (Tavares, 2012, p. 11). Com isso, devido as suas características, o aluno autista é muitas vezes deixado de lado, isolado do restante da turma, não recebendo a devida atenção dos professores, e até mesmo visto como um problema ou um caso sem solução. É o que se pode aferir do que aduzem Omote e Vieira (2018), segundo os quais:

> Os alunos com transtorno do espectro autismo (TEA) costumam ser os mais rejeitados e são percebidos mais negativamente do que as crianças com desenvolvimento típico, o que se dá, inclusive, em razão da discrepância entre a aparência física "normal" e a peculiaridade do comportamento, que geram barreiras atitudinais das pessoas "por não haver uma explicação clara e explícita para o que ocorre (Omote e Vieira, 2018, p.198).

As crianças com TEA, portanto, enfrentam desafios que se mostram como verdadeiras barreiras cotidianas, dentre as quais podem ser destacadas as barreiras atitudinais, que se veem presentes, inclusive, no espaço escolar. Porém, as barreiras atitudinais nem sempre são reconhecidas, o que as fortalece. São entendidas como " um conjunto de condutas, práticas e ações segregatórias e discriminatórias que ferem a dignidade das crianças com deficiência e evidenciam a segregação e a omissão com relação a elas (dos Santos et. Al.,2023, p.8).

Segundo o entendimento de (Jodelet, 2008), a tipificação dos sujeitos está atrelada ao ato das pessoas serem divididas em categorias, conforme atribuições especificas feitas a estas, com isso, quando há diferenças dentro dessas categorias surge a ascensão de um grupo sobre os demais, gerando assim a discriminação e exclusão daqueles que não pertencem a este grupo empoderado. Diante disso, quando o discente com autismo apresente o comportamento

gerado por suas crises, e é retirado de sala para que não “atrapalhe” os demais, é notório a atitude excludente para com ele.

Diante do exposto, percebe-se o quão urgente e necessário é a inovação do sistema educacional público, bem como a capacitação dos professores, de modo a atender com maior efetividade as necessidades educacionais do aluno autista, sendo de especial importância a compreendê-lo, demonstrando que ele é capaz de realizar atividades mediante estratégias que lhe proporcionam tal feito, fazendo com que descubra suas aptidões e capacidades, tornando, portanto, a educação mais prazerosa. Para a efetivação das escolas inclusivas é necessário Curriculares, organizacionais, reformulação das práticas pedagógicas para que estas atendam as múltiplas necessidades dos discentes como afirma a (Brasil, 2005).

4 O PAPEL DO PROFESSOR E DA ESCOLA

A escola inclusiva é aquela que possui um sistema de educação que atende as necessidades particulares de cada aluno, proporcionando um tratamento sem distinção, a qual possui profissionais preparados e compromissados em acolher e propiciar um ambiente agradável, utilizando estratégias positivas que garantam a qualidade no processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, ante a dificuldade que o aluno autista tem em se relacionar e se comunicar com outras pessoas, tendo em vista que em alguns casos eles não usam a fala como uma forma de se comunicar, surge na sociedade um pensamento estereotipado de que vive em um mundo próprio criado por ele mesmo e que possui resistência a interagir com outras pessoas que não estejam dentro dele (Menezes, 2012). Para (Fugamelli, 2012),

> O papel do professor é criar meios que possibilitem a comunicação e interação social desse estudante com os demais da escola, atuando como uma ponte mediadora, para que assim facilite o desenvolvimento da linguagem e de novas habilidades que ainda estão bloqueadas, pois a socialização do autista com os demais alunos é vista como um mundo de descobertas e aprendizagem e que proporciona resultados visíveis, daí a importância de profissionais capacitados (Fugamelli, 2012, p. 14).

O docente possui um papel crucial na formação e desenvolvimento do aluno, pois age como um facilitador que abre portas para a aprendizagem, desenvolvimento de novas habilidades, até mesmo funções de coordenação e comunicação. Nesse diapasão, conforme afirma Fumegalli (2012), a formação do professor deve ser aprimorada, andar em conjunto com a modernidade, aperfeiçoando as técnicas metodológicas através de atividades atrativas e

que instigam os alunos a participar das atividades, tornando-se cada vez mais interessado em realizá-las. Ademais, será por meio dessas técnicas pedagógicas que o professor terá a oportunidade de observar o aluno, em suas dificuldades, erros, acertos, para que possa elaborar um processo que promova o seu melhor desenvolvimento conforme suas necessidades.

Contudo, o professor deve utilizar metodologias de ensino inovadoras, de modo que o conteúdo a ser utilizado esteja de acordo com o grau de dificuldade bem como a idade de cada criança autista, atividades interativas que favoreçam o seu bom desenvolvimento. Isto posto, apesar da formação especializada do educador ser preponderante, também se faz necessária a sensibilidade, o afeto pelo trabalho a ser realizado e o humanitarismo, pois muitas vezes as manifestações do autista podem levar a um sentimento de rejeição para quem não tem ciência de suas peculiaridades, por isso é de grande importância o preparo e o conhecimento.

4.1 AFETIVIDADE: UMA DAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

Quando se fala de educação inclusiva compreende-se que é aquela direcionada a garantia da educação para todos, incluindo pessoas que possuem necessidades especiais, como é o caso do público-alvo do presente estudo. Com isso, conforme a (Cartilha dos Direitos das Pessoas com Autismo, 2011), a educação inclusiva é:

> É uma política que busca perceber e atender às necessidades educativas especiais de todos os alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Na proposta de educação inclusiva todos os alunos devem ter a possibilidade de integrar-se ao ensino regular, mesmo aqueles com deficiências ou transtornos de comportamento, de preferência sem defasagem idade-série. A escola, segundo essa proposta, deverá adaptar-se para atender às necessidades destes alunos inseridos em classes regulares, portanto, requer mudanças significativas e no funcionamento das escolas, na formação dos professores e nas relações família-escola (Cartilha dos Direitos das Pessoas com Autismo, 2011, p. 11).

Atualmente, o conceito de educação inclusiva vem sendo demonstrado através do acesso à informação, leis ou até mesmo políticas públicas, de tal forma que não é apenas um direito previsto na Carta Magna de 1988 e outros aparatos legais, mas sim, visto como uma forma de valorização, integralização e permanência do aluno no ambiente escolar adequado.

Contudo, a educação inclusiva ainda vem enfrentando muitos impasses, pois ao ver a legislação em abstrato, está lá disposto tudo perfeito conforme deve ocorrer, mas, ao trazer esse conceito para a realidade, ainda é notória a falta de adequação dos ambientes escolares de

ensino público, bem como o fato de que muitos profissionais não possuem uma atualização curricular a fim de promover um trabalho que seja mais adequado a crianças que possuem necessidades específicas.

Além disso, para que a inclusão escolar seja efetiva não é necessária apenas a adequação da escola e a capacitação de sua esquipe multidisciplinar, mas também o tratamento afetivo, pois é este que irá proporcionar o desenvolvimento de um ambiente escolar acolhedor, saudável e prazeroso de se ficar. Nesse sentido, (Mattos, 2008) afirma que a afetividade é um caminho a ser seguido, a fim de incluir o aluno na escola, além de proporcionar a melhoria na aprendizagem e no desenvolvimento da comunicação.

Assim, o profissional que trabalha com afeto proporciona ao aluno um sentimento de acolhimento, confiança e harmonia. Tal afeto não precisa necessariamente ser demonstrado somente através do contato físico, mas pode ser também através de gestos, palavras ou elogios (Almeida, 2012). Com isso, é de suma importância que a escola procure trabalhar essas relações afetivas entre os profissionais da educação e os alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem produtivo e acolhedor.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente estudo teve como principal objetivo a análise da efetivação de uma educação inclusiva em face de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do ensino público, bem como, a análise da existência de um corpo de profissionais capacitados para o acolhimento e desenvolvimento efetivo dessas pessoas, que atue de modo a superar as suas necessidades específicas, a pesquisa foi realizada através de uma entrevista onde teve como entrevistados, professores, diretora, pais, psicopedagoga e cuidadoras, cuja relação está demonstrada na figura abaixo.

FIGURA 2 - Relação alunos por profissionais no ano letivo de 2023.

Fonte: Autora, 2023.

Desse modo, ao realizar as investigações, foi constatado que a escola tem 15 (quinze) alunos que estão dentro do espectro autista, dentre os variados graus, que vai do mais leve ao severo, sendo que são 13 (treze) alunos laudados e 2 (dois) em investigação. Destes, 14 estão concentrados no ensino fundamental I; e 1 (Um) no fundamental II.

Os alunos que possuem laudo já possuem acompanhamento com a psicopedagoga, conforme demonstrado no gráfico acima. Ademais, há alunos que têm outras síndromes ou problemas congênitos juntamente com o autismo.

Destarte, a pesquisa foi direcionada por meio de 6 perguntas subjetivas, através das quais podem ser destacados quatro pontos relevantes. O primeiro deles surge a partir da indagação acerca da importância da educação inclusiva. Verificou-se a notoriedade da interrelação dos grupos sociais: escola, pais e comunidade, pois a escola entrevistada oferece uma atenção quanto a disseminação de informação de todo o desenvolvimento do aluno à família e demanda o retorno dessa comunicação por parte da família, o que pode ser observado através da fala do Entrevistado 1 a seguir retratada:

> *Quando entrei na escola em 2017, nós já fomos percebendo que havia algumas crianças que possuíam uma certa dificuldade, com alguns comportamentos que não eram "comuns', e, diante disso, nós entramos em contato com algumas mães. No início foi muito difícil para que as mães aceitassem que a criança tinha esse problema, mas hoje os pais nos agradecem por termos os ajudando a perceber a situação mais cedo* (Entrevistado 1).

Segundo (Oliveira Neto, 2020), é na escola onde o educando desenvolve ainda mais as habilidades motora, socioemocionais e cognitivas. Porém, as crianças quando entram na pré-escola, os professores na maioria das vezes identificam quando elas têm dificuldade em interagir com os pares (Ministério da Saúde, 2000).

Esta postura coaduna-se com os estudos de (Vygotsky, 1998), segundo o qual a educação que o indivíduo recebe na escola e na sociedade exercem um papel muito significativo na constituição do sujeito, bem como, a atitude dos pais, são aspectos que geram resultados significativos e interferem diretamente no desenvolvimento da criança na escola.

Assim, a colaboração mútua de tais grupos é de suma importância para o bom desenvolvimento do aluno, tendo em vista que a disseminação de informações fornecidas através da participação dos pais ativamente na escola facilita a coleta de dados e a aquisição de todos os conhecimentos necessários que contribuem para a escola ter ciência do perfil do aluno e de todas as suas especificidades, fazendo assim, uma análise e planejamento na elaboração de atividades, de modo a atender os pontos individuais de cada um, bem como gera benefícios para a família ao passo que irão acompanhar de perto todo o desenvolvimento

dos seus filhos. Ressalta-se que a escola, ao fornecer uma maior atenção de como está o desenvolvimento do aluno, não só na sala de aula, mas em seus atendimentos médicos e ambientes externos, gera nos pais um sentimento de acolhimento e segurança para seu filho.

No entanto, para que essa comunicação seja positiva é necessário o esforço e interesse também dos pais perante a escola, o que é algo que ainda apresenta uma certa dificuldade, como pôde ser observado através da fala do Entrevistado 2: *"Nós encontramos muita dificuldade na família, pois nos meus atendimentos eu fico aqui esperando os pais no contraturno e eles não aparecem".*

Dos Santos et. Al. (2023, p. 14), ressaltam, que "Existe uma necessidade latente de que se construa um processo de interação entre as famílias de crianças com deficiências e a escola, para que o desenvolvimento da aprendizagem destes alunos não seja afetado". Desta feita, é essencial que os pais participem ativamente do processo de inclusão escolar, tanto para compreender as intervenções pedagógicas como para corroborar com estas.

Salienta-se, ainda, o papel da sociedade, que atua na observação e busca pela proteção e segurança da concretização do direito à educação inclusiva, haja vista que a responsabilidade pela proteção desse público é de interesse mútuo e colaborativo de todos, pois parte do pressuposto de que todos são responsáveis pela proteção da criança e do adolescente, conforme dispõe o art. 4º da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 (Brasil, 1990).

O segundo ponto, que se destacou na entrevista se refere ao quão importante é ter um ambiente adequado e com profissionais capacitados para lidar com tais demandas. Vale relembrar dos ensinamentos de Martins (2006), o qual diz que, para se ter uma educação inclusiva, é necessário que se tenha principalmente um ambiente escolar planejado e organizado, que busque estratégias de ensino, e que oriente o aluno de modo a superar as suas necessidades.

Assim, a escola entrevistada relata que um dos principais desafios na aprendizagem desses alunos é a dificuldade de permanecer em sala de aula, bem como o seu bloqueio comunicacional, sendo isso observado através da seguinte pergunta: Quais as dificuldades encontradas no processo de aprendizagem desse público? os professores explanaram que *"a maior dificuldade é para mantê-los em sala de aula"* (Entrevistado 1). O outro enfatizou que "*a principal dificuldade que o acho é na comunicação, pois alguns deles não falam e alguns* ***não mantém o contato visual***[3]*com a gente eles vivem no mundo deles e você tem que aprender a estar no mundo deles também"* (Entrevistado 4, grifo nosso).

[3]Devemos ter cuidado quando analisarmos o critério "anormalidade no contato visual" já que muitos o interpretam como "ausência de contato visual", o que é uma forma incorreta de compreender este critério. Pessoas portadoras de TEA apresentam uma fragmentação do contato visual, ou seja, são frequentemente incapazes de mantê-lo por um período prologado de tempo e, quando solicitados a fazê-lo, relatam certo desconforto (Liberalesso, 2020, p. 18).

A partir dessa constatação, os respondentes ainda relataram que como uma forma de modificar tal situação, foi criada uma sala denominada “motiva mais”, na qual os alunos que possuem o TEA, bem como outras síndromes, e não querem permanecer em sala de aula são encaminhados, com o intuito de realizar outras atividades lúdicas educativas, desenvolvendo assim suas habilidades, até que este esteja apto a retornar à sala de aula e continuar suas atividades com os demais.

Não obstante a proposta tenha objetivo inclusivo, entende-se que, apesar de ser uma atitude na qual a escola busque outros meios para que o aluno desenvolva outras atividades, trata-se de meio de exclusão, pois a verdadeira inclusão não consiste em retirar o aluno de sala para depois retornar quando estiver calmo, mas sim, em oferecer meios alternativos para que o aluno permaneça em sala de aula e realize as atividades com os demais.

Nesse sentido, são relevantes as palavras de (Orrú, 2016):

> Cremos que não exista uma competência intelectual mais relevante do que outra, mas acreditamos que é possível aproveitar ao máximo das habilidades mais sobressaltadas ou identificadas nos aprendizes com autismo para que, a partir delas, eles possam melhor se desenvolver nas demais áreas (Orrú, 2016, p. 172).

Assim, para evitar a situação de exclusão relatada, é necessário que os professores busquem o eixo de interesse dos alunos autistas de modo que, seja aproveitada ao máximo suas habilidades e com isso melhorem o seu desenvolvimento.

Ademais, foi observado que, a permanência do aluno em sala de aula dificulta cada vez mais, de acordo com o grau de autismo de cada indivíduo, pois alguns não conseguem permanecer na sala de forma contínua e com isso, passam a maior parte do tempo sob a orientação das cuidadoras, o que, de certo modo é questionado na fala do Entrevistado 4:

> I*nclusão é aquela em que o aluno é incluso em tudo, mas ainda existe o receio do professor em manter a criança em sala de aula. Não é inclusão a criança estar diretamente com o cuidador, o cuidador está se preocupando com que atividade passar para a criança, a criança não é do cuidador e sim do professor* (Entrevistado 4).

Observa-se, portanto, que na percepção do docente, a presença do aluno em sala de aula é crucial para que este tenha uma educação igualitária e inclusiva, daí onde se verifica o quão importante é a capacitação dos professores para entender a situação de cada aluno e que promova meios para a sua inclusão em sala, pois a presença da cuidadora na escola apesar de estar voltada a auxiliar os alunos em superar as suas barreiras existentes e estar interligado com relação ao trabalho dos professores, não se pode dar de maneira isolada.

Assim, é importante destacar os ensinamentos de Libânio (2005), ao afirmar que a formação continuada dos professores possibilita que estes sejam flexíveis e mude suas práticas docentes, ajudando-os a tomarem consciência de suas dificuldades e elaborar novas formas de enfrentá-las. Com isso, diante das dificuldades encontradas para promover a educação inclusiva, que não é algo fácil, a atualização curricular especificada das ações pedagógicas é um dos primeiros passos para a garantia do direito em questão.

Outrossim, importante, ainda, destacar que:

> *A educação inclusiva, para mim, é a criança estar em sociedade com um olhar mais de amor, porque antigamente as crianças deficientes eram excluídas da sociedade, apesar da inclusão ainda não estar do jeito que a gente quer, pois ainda existe um receio dos professores com os alunos deficientes, e alguns deles até possui capacitação. Então, a meu ver, não basta só a formação, mas também o amor*. (Entrevistado 4).

Nesta perspectiva, observa-se que afetividade como caminho para a promoção da educação inclusiva, conforme demonstrado no referencial teórico, também é a percepção docente, posto que não se trata apenas da capacitação do professor, mas também do seu olhar com amor e cuidado para com o aluno. Partindo-se da afirmação de Mattos (2008), a afetividade é o caminho para incluir qualquer aluno no ambiente escolar, é a ponte entre a aprendizagem e a vivência em sala de aula. Nesse contexto para corroborar (Cunha, 2014) afirma que,

> Penetrar no mundo do autista; concentrar-se no contato visual; trazer sempre o olhar do autista para as atividades que ele está fazendo. Entreter-se com as brincadeiras do autista; procurar sempre enriquecer a comunicação. Mostrar a cada palavra uma ação e a cada ação uma palavra; tornar hábitos cotidianos agradáveis; fazer tudo com serenidade, mas com voz clara e firme (Cunha, 2014, p. 85).

Saliente-se, ainda, outro dado importante, desta vez voltado para a análise de quantas pessoas possuem alguma capacitação na área para trabalhar com alunos autistas, mas, também, com um viés de análise da proporção de quantas pessoas conhecem o método ABA- *Applied Behavior Analysis* (Setúbal, 2018), e/ou possui uma capacitação deste.

FIGURA 3- Quantidade de profissionais que possuem capacitação para trabalhar com alunos autistas.

Fonte: Autora, 2023.

De acordo com o gráfico acima, nota-se um avanço na busca por capacitação dos profissionais para que possam atuar no bom desenvolvimento da educação inclusiva, gerando, assim, igualdade de condições na educação, que é um direito universal, conforme dispõe o art. 205 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

Além disso, a escola municipal conta com o apoio de uma psicopedagoga que realiza atendimentos individuais, como se pode depreender quando o Entrevistado 3 aduz, em uma das duas falas: "*Aqui está o nosso quadro de atendimentos, já foi laudado 13 crianças com transtornos".*

Contudo, ainda é notório um número significativo de profissionais que ainda não possuem capacitação, principalmente quando se refere ao método (ABA) - *Applied Behavior Analysis* ou também denominado Análise do Comportamento Aplicada, que, apesar de já existir há um tempo considerável e de demonstrar ser bastante promissor frente a questão de trabalho com alunos autistas.

Não se pode olvidar que as dificuldades experimentadas pelos docentes poderiam ser dirimidas a partir da formação específica, que propiciariam o vínculo e desenvolvimento entre aluno autista e professor em sala de aula, pois a falta de formação gera um estranhamento no comportamento desses alunos, o que pode causar um bloquio na aprendizagem.

Desse modo, enleva-se o quão importante é a adequação do ambiente escolar e a capacitação dos profissionais para a garantia do direito a educação inclusiva e de qualidade. Nesse cenário, vale lembrar do que afirma Fumegalli (2012), segundo o qual a formação do

profissional da educação deve acompanhar tudo o que há de inovador, aperfeiçoando as técnicas metodológicas que promovam nos alunos o seu crescimento e estímulo em aprender.

Em sentido oposto, a ausência de conhecimentos específicos dos profissionais da educação pode gerar barreira atitudinais, ou seja, o não saber o que fazer fere o efetivo processo de inclusão.

Neste sentido, impõe-se o que discorrem (Rocha et al., 2020, p. 102045) sobre inclusão: "e se compreende a lógica da inclusão a partir da imprescindibilidade da eliminação de barreiras, a fim de se propiciar a igualdade material, haja vista a percepção de que a deficiência não está nas pessoas, mas na sociedade, a qual deve adequar-se à diversidade".

Tais barreiras atitudinais ainda podem ser demonstradas a partir da entrevista realizada com pais dos alunos, representadas na figura.

FIGURA 4 - Bloqueios relatados pelos pais de alunos autistas entrevistados.

Fonte: Autora, 2023.

O panorama apresentado está pautado nos bloqueios enfrentados pelos pais em face do diagnóstico e das dificuldades sociais encontradas, ou seja, as barreiras atitudinais. É o que se observa nesta fala:

> *A coisa mais difícil que tive que enfrentar depois que descobri que a minha filha tinha autismo foi o medo, medo do julgamento da sociedade, pois as pessoas julgam muito quem é diferente, quem tem autismo e tratam eles com indiferença, então isso foi muito difícil para mim* (Entrevistado 7).

Dentre as barreiras relatadas surge a dificuldade quanto a aceitação do diagnóstico, tendo em vista o preconceito social, que apresentam uma visão estereotipada em face de

crianças com TEA, os tratam como diferentes, seres estranhos, gerando assim a exclusão daquele individuo da sociedade.

Outro bloqueio é a dificuldade encontrada pelos pais de ter uma consulta médica e o recebimento de medicamentos, o que reverbera na sociabilidade e escolaridade do indivíduo, como aduz o Entrevistado 8: *"No centro de reabilitação demora muito para atender os pacientes, pois meus filhos foram atendidos em abril e agora só vão ser atendidos em janeiro, fora os medicamentos que a gente vai atrás na farmácia básica e não tem"* (Entrevistado 8).

Com isso, muitas famílias não têm o amparo legal necessário à saúde, não obstante seja um direito fundamental. "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (Brasil, 1988).

Assim, muitas famílias não possuem condições financeiras para custear todo o tratamento médico de seus filhos, e os pais se submetem a esperar pelos serviços morosos do poder público, ademais a falta do acesso à informação é uma das principais queixas, pois dificulta a forma de saber como agir diante das situações. Isto posto, ainda se nota que a deficiência do poder público, no que tange ao amparo médico e informacional, ainda é insuficiente, embora o acesso à informação seja um dos pilares para que a sociedade tome ciência do que realmente é o autismo e mude sua visão a respeito.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho alcançou o seu objetivo de investigar a efetivação de um direito constitucional, que é a educação, pautada na inclusão escolar de crianças e adolescente com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na rede pública de ensino, através da análise da adequação do ambiente escolar e a capacitação dos profissionais da educação.

Nesse sentindo, destaca-se o quão importante é que a escola, enquanto instituição que proporciona a aprendizagem, deve sempre buscar se ressignificar e direcionar a sua atuação ao que está previsto em lei, a fim de que possa promover a assistência necessária de seus alunos garantindo que eles tenham seus direitos efetivados. Diante disso, a educação inclusiva, que trata-se de um direito fundamental deve ser um dos seguimentos basilares da escola, na qual deve ser promovida de forma integrada e efetiva.

As escolas devem se preocupar em fornecer uma educação inclusiva, pautada não somente na aprendizagem cognitiva mas também proporcionando o desenvolvimento afetivo,

pois ao promover a inclusão é necessário que se faça uma análise de como esta será realizada, se irá ser garantido apenas o acesso para pessoas com deficiência porque é algo que é garantido por lei e que deve ser respeitado ou, se irá buscar fazer a diferença e promover a permanecia do indivíduo de forma integralizada, socioafetiva, e garantindo o seu desenvolvimento de forma positiva, por entender que esta ação se faz necessária e que possui um elevado grau de importância.

A ressignificação da escola que busca ser provedora da educação inclusiva esta pautada no sentido de que, esta deve se dar a oportunidade de sair do seu modo tradicional enraizado e abraçar o novo, entendendo que, é possível promover uma educação de qualidade em igualdade de condições para todos, através da utilização de métodos inovadores que garantam tal objetivo. Nesse viés, Santos (2002) afirma que, a inclusão em educação é um direito que se aplica a todos que estejam submetidos a situações de exclusão ou vivenciam riscos. Desse modo, ao passe que o ambiente escolar se propõe a construção de um ambiente mais produtivo e acolhedor, evita-se a exclusão daquele indivíduo e promove a efetivação de seus direitos.

Ademais, não basta que a escola amplie e desenvolva o seu ambiente para recepcionar os alunos da maneira como estes merecem, mas também, se faz necessário que esta capacite o currículo de seus profissionais, para que estes estejam aptos a trabalhar com os alunos e que possam compreender as suas dificuldades. Contudo, apesar de presenciarem todos os acontecimentos do contexto aos quais estão inseridos, e diante do aumento de caso de crianças com Transtorno do Espectro Autista, dentre outras síndromes, ainda existem um número considerado de profissionais que não buscam aperfeiçoar as suas técnicas de trabalho, de modo que, ainda permanecem inertes diante das perspectivas de mudanças que ocorrem na educação.

Destarte, vale destacar que, a capacitação apesar de se demonstrar efetiva e importante, esta deve andar lado a lado com a afetividade, pois conforme o entendimento de Mattos (2008), o acolhimento, por parte do educador e de outros profissionais (diretora, cuidadores, zelador, psicopedagoga e etc.), presentes na escola, proporciona o bom desenvolvimento do aluno, cultiva a autoestima, a empatia, a segurança e o afeto, sentimentos estes que proporcionam a criança um maior interesse na aprendizagem, ao passe que, a atuação em buscar diferentes formas de perceber as diferenças e dificuldades, bem como as potencialidades dos alunos, promove a garantia de uma educação inclusiva e a valorização do trabalho que está sendo realizado. Desse modo, a importância da cognição afetiva na vida do aluno, promove mudanças que são basilares para a formação do indivíduo, porém tal feito

ainda encontra desafios para ser realizado, conforme foi demonstrado no presente artigo, pois ainda existem profissionais que apresentam um certo bloqueio para a demonstração desse tipo de comportamento.

Assim, destacou-se que a educação inclusiva perante as escolas de ensino público, caminha em passos curtos, mas de modo promissor, pois, demonstra-se que, o que vem sendo realizado traz significativo desenvolvimento. Contudo, ainda existem lacunas perante a lei e a prática, que devem ser preenchidas para que seja garantido efetivamente o direito a educação inclusiva, pois ainda nota-se a deficiência do Estado na demora de promover mais melhorias no ambiente escolar, falta da exigência de capacitação dos profissionais da educação, bem como informações perante as técnicas que de fato geram a inclusão, pois ainda existem dúvidas sobre isso e a melhoria na garantia do acesso a assistência médica para este público, que é essencial para o seu desenvolvimento.

Contudo, como uma forma de melhoria e contribuição para o avanço da efetivação do direito a educação inclusiva, é importante que seja fornecido a todos os professores cursos de capacitação gratuita pelo governo; adaptação do ambiente escolar com salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado) que seja realizado o atendimento no contra turno para que o aluno não seja retirado de sala de aula, evitando assim o tratamento de exclusão; equipamentos e materiais educativos; políticas públicas que atuem no acesso à informação de forma fácil e o fornecimento do serviço a saúde com mais eficiência, garantindo o atendimento médico e fornecimento de medicamentos que são necessários.

Por fim, esclarece-se que o presente estudo não tem a pretensão de esgotar a discussão acerca da temática, deixando oportunidade para novos estudos e aprofundamentos tanto teórico quanto acerca da realidade regional.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf Acesso em: 16 nov. 2023.

ALMEIDA, A. R. S. A emoção na sala de aula. 8ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

BARDIN, L. Tradução de Luís Antero Neto e Augusto Pinheiro. **Análise de conteúdo,** p. 70, 1977. Disponível em: https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardinlaurence-analise-de-conteudo.pdf Acesso: 11 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, Brasília, Ministério da Justiça, 1995.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Autismo: orientação para os pais / Casa do Autista** - Brasília: Ministério da Saúde, 2000. 38p.

BRASIL, Ministério da educação. Secretaria de educação especial. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas / coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000427.pdf Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, Brasília, MEC-2008.

BRASIL. Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA) Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 16 nov. 2023.

BRITES, L. **Mentes Únicas. São Paulo**: Editora Gente, 2019.

BORTOLOZZO, Ana Rita Serenato. Banco de dados para o uso das tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica de professores de alunos com necessidades especiais. **Dissertação de Mestrado**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2007.

Disponível em: https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-14482/banco-de-dados-para-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-na-pratica-pedagogica-de-professores-de-alunos-com-necessidades-educacionais-especiais Acesso em: 16 nov. 2023.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Formação de professores: da educação especial à inclusiva – alguns apontamentos**.** In: ZANIOLO, L. O.; DALL‟ACQUA, M. J. C. (orgs.). **Inclusão escolar: pesquisando políticas públicas, formação de professores e práticas pedagógicas.** Jundiaí: Paco Editorial, 2012. p. 7-24.

CARTILHA: Direitos da pessoa com autismo. EDEPE Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.ama.org.br/site/wp-content/uploads/2017/08/direitosautismo.pdf Acesso em: 18 nov. 2023.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2014.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

FUMEGALLI, R. C. A. Inclusão escolar: O desafio de uma educação para todos? - Ijuí – RS, 2012 – Disponível em: http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/716/rita monografia.pdf?sequence=1 Acesso em: 16 nov. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. In: BADER, S. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 53-66. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5648113/mod_resource/content/1/Mello%20%282001%29%20%20A%20viol%C3%AAncia%20urbana%20e%20a%20exclus%C3%A3o%20de%20jovens%20%5Bleitura%20principal%5D.pdf Acesso em: 17 nov. 2023.

KLIN, A. Autismo e Síndrome de Asperger: uma visão geral. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. V.28 p. 3-11, 2006.

LIBÂNIO, J, C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê**. 8ª Ed. São Paulo: Cortes, 2002.

LIBERALESSO, P., Lacerda, L. **Autismo**: compreensão e práticas baseadas em evidências [livro eletrônico] / Paulo Liberalesso e Lucelmo Lacerda. -- 1. Ed. Curitiba: Marcos Valentin de Souza, Capricha na Inclusão. 2020. Disponível em: https://mid.curitiba.pr.gov.br/2021/00312283.pdf. Acesso em:16 nov. 2023.

MARINHO, Eliane AR; MERKLE, Vânia Lucia B. Um olhar sobre o autismo e sua especificação. **In: IX Congresso Nacional de Educação–EDUCERE**. 2009. p. 6084-6096. Disponível em: https://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/07/UM-OLHAR-SOBRE-O-AUTISMO-E-SUAS-ESPECIFICA%C3%87%C3%95ES.pdf Acesso em: 17 nov. 2023.

MARTINS, L. A. R.; et al. Inclusão: compartilhando saberes. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

MATTOS, S. M. N. A afetividade como fator de inclusão escolar. Teias, Rio de Janeiro, ano 9, nº 18, pp. 50-59, julho/dezembro 2008. Disponível em: http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/viewFile/271/283. Acesso em: 07 de novembro de 2023.

MELLO, A. M. S. Ros de. Autismo: guia prático. 5 ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007. 104 p.: il. Disponível em: https://www.autismo.org.br/site/images/Downloads/Cartilha8aedio.pdf. Acesso em: 15 de set. de 2023.

MENEZES, A. R. S. de. Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?, 2012. 160f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/10585 Acesso em: 16 nov. 2023.

MILAGRES, ON LINE, Disponível em: https://www.milagres.ce.gov.br/omunicipio.php Acesso em: 28 abr. 2023.

NILSSON, I. Introdução a educação especial para pessoas com transtornos de espectro autístico e dificuldades semelhantes de aprendizagem. Em PDF. **Congresso Nacional sobre a Síndrome de Autismo** ,2004. Disponível em: http://www.ama.org.br/download/Autismo-IntrodEducEspecial.pdf. Acesso em: 16 de set. de 2023.

NOGUEIRA, T. Um novo olhar sobre o mundo oculto do autismo**. Revista Época**. São Paulo: Editora Globo, nº 473, p. 76-85. jun., 2007.

OLIVEIRA NETO, B. M. de. Gestão pública da educação infantil: o trabalho coletivo em benefício de um ensino significativo. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p.1-11, 2020Disponível em:https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4525 Acesso em: 16 nov. 2023.

ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Disponível em: <http:/www.onu-brasil.org.br/documentos direitos humanos Acesso em: 17 nov. 2023.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Aprendizes com o autismo**: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016

PERES, E. H.; CHABALGOITY, G. MARTINS, R; ANGELI, M. E. Cerca de 2 milhões de pessoas vivem com o autismo no Brasil. **Correio Brasiliense**. postado em 02/04/2022 06:00 / atualizado em 02/04/2022 08:46. Disponível em:https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/04/4997766-cerca-de-2-milhoes-de-pessoas-vivem-com-o-autismo-no-brasil.html. Acesso em: 23 abr. 2023.

POPE, C., MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2005. 118 p.

ROCHA, A. L. et al. Caminhos para a visibilidade: Uma análise construtivista acerca dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p. 102035-102052, 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] / Antônio Joaquim Severino. --1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5562413/mod_resource/content/1/Metodolog ia-Do-Trabalho-Cientifico-23%C2%AA-Edicao-Severino-EBOOK-Escolhido.pdf. Acesso: 14 nov. 2023.

SILVA, A. B. B.; GAIATO, M. B.; REVELES, L. T. **Mundo singular**: entenda o autismo. Editora Fontana, 2012.

SILVA, E. L. MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação** Florianópolis. UFSC/PPGEP/LED, 2000.

SUPLINO, Marise. **Currículo funcional natural**: guia prático para educação na área do autismo e deficiência mental. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Maceió: ASSISTA, 2005.

SANTOS, A. M. T. **Autismo**: um desafio na alfabetização e no convívio escolar. São Paulo: CRDA, 2008.

TAVARES, F. S. S. Educação não inclusiva: a trajetória das barreiras atitudinais. 2012. **Dissertação (Mestrado em Educação)-** Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Educação, Recife, PE, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/12854/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O-%20FABIANA%20TAVARES-%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20N%C3%83O%20INCLUSIVA-%20A%20TRAJET%C3%93RIA%20DAS%20BARREIRAS%20ATITUDINAIS%20NAS%20.pdf Acesso em: 16 nov. 2023.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação Para Todos:** necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.

VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1998.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DA INVISIBILIDADE A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS E GARANTIAS EM FACE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Pesquisador: ALYNE ANDRELYNA LIMA ROCHA CALOU

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 71466223.9.0000.5048

Instituição Proponente: Instituto Leão Sampaio de Ensino Universitário Ltda.

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.420.097

Apresentação do Projeto:

Será realizada uma pesquisa de campo em uma escola da rede pública de ensino do município de Milagres/CE, no qual será feita uma entrevista com a sua equipe multidisciplinar visando analisar a efetivação da capacitação dos profissionais da educação, bem como do ambiente escolar, para garantir uma educação inclusiva em face de crianças e adolescente com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Objetivo da Pesquisa:

Analisar a efetividade a partir da capacitação dos profissionais da educação bem como da escola, para a inclusão da criança e adolescente com

Transtorno do Espectro Autista (Tea), de uma escola da rede pública de ensino do município de Milagres/CE.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos são mínimos e estão bem mapeados pela pesquisadora, bem como as ações para evitar que aconteçam. Os benefícios tem potencial de serem concretizados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa possui relevância social e acadêmica e preenche todos os requisitos necessários para ser desenvolvida.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos corretamente apresentados e preenchidos

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisa tem potencial para produzir resultados válidos e que podem contribuir com os debates em torno do direito à educação e à educação inclusiva.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2167592.pdf	15/09/2023 20:13:45		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	TCC_I.docx	15/09/2023 20:13:07	ANNE KHATELLEN ALVES ALEXANDRE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_assentimento.docx	15/09/2023 20:10:11	ANNE KHATELLEN ALVES ALEXANDRE	Aceito
Outros	Entrevista.docx	13/07/2023 15:52:11	ANNE KHATELLEN ALVES ALEXANDRE	Aceito
Outros	pos_esclarecido.docx	13/07/2023 15:44:48	ANNE KHATELLEN ALVES ALEXANDRE	Aceito
Outros	uso_de_imagem_e_voz.docx	13/07/2023 15:38:46	ANNE KHATELLEN ALVES ALEXANDRE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	13/07/2023 15:18:41	ANNE KHATELLEN ALVES ALEXANDRE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_de_anuencia.pdf	11/07/2023 18:17:27	ANNE KHATELLEN ALVES ALEXANDRE	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	11/07/2023 17:57:24	ANNE KHATELLEN ALVES ALEXANDRE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Continuação do Parecer: 6.420.097

JUAZEIRO DO NORTE, 10 de Outubro de 2023

Assinado por:
CICERO MAGÉRBIO GOMES TORRES
(Coordenador(a))

Endereço: : Av. Padre Cícero, nº 2830 Térreo
Bairro: Crajubar **CEP:** 63.010-970
UF: CE **Município:** JUAZEIRO DO NORTE
Telefone: (88)2101-1033 **Fax:** (88)2101-1033 **E-mail:** cep.leaosampaio@leaosampaio.edu.br

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC II) DO CURSO DE DIREITO

Eu, Alyne Andrelyne Lima Rocha Calou, professor(a) titular do **Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO**, orientador(a) do Trabalho do aluno(a) Anne Khatillen Alves Alexandre, do Curso de Direito, **AUTORIZO** a **ENTREGA** da versão final do Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) do aluno supracitado, para análise da Banca Avaliadora, uma vez que o mesmo foi por mim acompanhado e orientado, sob o título Da invisibilidade à efetivação de direitos e garantias em face de crianças e adolescentes com (TEA) na educação.

Informo ainda que o mesmo não possui plágio, uma vez que eu mesmo passei em um autoplágio.

Juazeiro do Norte, 23/11/2023.

Assinatura do professor

PARECER ORTOGRÁFICO DE REVISÃO ORTOGRÁFICA E GRAMATICAL

Eu, Francisca Robimeiny Gueiros Belém Braga professor(a) com formação Pedagógica em Letras: e Mestre em Letras, pela Instituição de Ensino Superior Universidade Federal de Campina Grande, realizei a correção ortográfica e gramatical do trabalho intitulado Da invisibilidade a efetivação de direitos e garantias em face de crianças e adolescentes com (TEA) na educação., do (a) aluno (a) Anne Khatellen Alves Alexandre e orientador (a) Alyne Andrelyna Lima Rocha Calou. Declaro que este TCC está apto à entrega e análise da banca avaliadora de Trabalho de Conclusão de Curso do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/Unileão.

Juazeiro do Norte, 23/11/2023

Assinatura do professor

PARECER DE TRADUÇÃO DO RESUMO PARA LINGUA INGLESA

Eu, Francisca Rosimeiry Gomes Belém Braga professor(a) com formação Pedagógica em Letras: Língua Inglesa-Licenciatura, pela Instituição de Ensino Superior Universidade Vale do Acaraú/UVA, realizei a tradução do resumo do trabalho intitulado Da invisibilidade a efetivação de direitos e garantias em face de crianças e adolescentes com (TEA) na educação, do (a) aluno (a) Anne Khatellen Alves Alexandre e orientador (a) Alyne Andrelyna Lima Rocha Calou. Declaro que o ABSTRACT inserido neste TCC está apto à entrega e análise da banca avaliadora de Trabalho de Conclusão de Curso do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/Unileão.

Juazeiro do Norte, 23/11/2023

Assinatura do professor

PARECER DE REVISÃO DAS NORMAS ABNT

Eu, Francisca Rosimeiry Gomes Belém Braga professor(a) com formação Pedagógica em Letras: e Mestre em Letras, pela Instituição de Ensino Superior Universidade Federal de Campina Grande, realizei a revisão das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) do trabalho intitulado Da invisibilidade a efetivação de direitos e garantias em face de crianças e adolescentes com (TEA) na educação, do (a) aluno (a) Anne Khatillen Alves Alexandre e orientador (a) Alyne Andrelyna Lima Rocha Calou. Declaro que este TCC está apto à entrega e análise da banca avaliadora de Trabalho de Conclusão de Curso do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/Unileão.

Juazeiro do Norte, 23/11/2023

Assinatura do professor